

## O RACIONALISMO EM DAVI D HUME

Lorena Fiungo da Silva<sup>1</sup>  
Graduanda Filosofia UnB

**Resumo:** Para David Hume, o conhecimento humano tem sua origem na experiência. Entretanto, há uma parte deste conhecimento que não tem a mesma origem. Neste caso, para o filósofo, quando um conhecimento não tem sua origem na experiência, ele deriva da imaginação. Este é, precisamente, o caso da matemática, que embora originalmente derivado da experiência, carrega consigo um conhecimento seguro e certo. Nesse sentido, o presente estudo tem por objetivo expor a teoria do conhecimento em David Hume e como ele problematiza o racionalismo. Para tanto, pretende-se examinar o Tratado da Natureza Humana e as Investigações sobre o Entendimento Humano, tendo como fio condutor os seguintes pontos: i) o problema da formação do conhecimento humano em geral; ii) compreender o status da matemática enquanto conhecimento, bem como iii) abordar a influência cartesiana na teoria de Hume por meio das teorias de Berkeley e Locke.

**Palavras-chave:** David Hume. Conhecimento. Impressões e Ideias. Racionalismo.

**Abstract:** To David Hume, human knowledge originates from experience. However, there is a part of this knowledge that isn't derived from the same source. In this case, for the philosopher, when knowledge doesn't originate from experience, it comes from the imagination. And this is precisely the case of mathematics that, because it originates independent of experience, carries with it a sure and certain knowledge. In this sense, the objective of this paper is to expound the theory of knowledge in David Hume and how it questions rationalism. As such, I intend to examine the *Treatise of Human Nature* and the *Investigations about Human Understanding*, having as a conducting wire the following parts: i) the problem of the formation of human knowledge in general; ii) understand the status of math as knowledge, as well as iii) to approach the Cartesian influence in Hume's theory through Berkeley's and Locke's theories.

**Key-words:** David Hume. Knowledge. Impressions and Ideas. Rationalism.

## INTRODUÇÃO

Geralmente, David Hume é considerado um cético, e o próprio autor assim se identifica. Defensor de que o conhecimento deriva de verdades obtidas através da experiência, mas que não se encontra completamente nela, Hume fundamenta sua teoria na noção de percepções – que se dividem em *impressões* e *ideias* – e na compreensão do status que fundamenta a certeza matemática. A diferença entre elas é que as impressões são mais vívidas que as ideias quando surgem na consciência (*Tratado da Natureza Humana*, p. 25). E esse conhecimento que não possui relação empírica direta pode referir-se a um conhecimento seguro e certo. Este conhecimento seguro e isento de dúvidas se expressa na matemática.

Partindo desses pontos, o presente estudo objetiva analisar em que medida se pode falar de algum apriorismo na filosofia humiana (particularmente, no caso do uso do Princípio de Não-Contradição na fundamentação da matemática) e compreender o papel das ideias nesse contexto. Buscar-se-á neste estudo responder se há possibilidade de falar sobre algum racionalismo na filosofia da ciência de Hume.

## Teoria das Ideias em Descartes

Em sua teoria, René Descartes defende que a razão é a verdadeira fonte de conhecimento universal, pois ela quem viabiliza as ideias e os princípios que o homem conhece. Embora recorra a argumentos céticos para justificar sua tese, o autor afirma que o conhecimento através das percepções sensoriais frequentemente leva ao erro e, por isso, não se deve dar credibilidade como conhecimento seguro.

---

<sup>1</sup> Email: [lorena.fiungo@gmail.com](mailto:lorena.fiungo@gmail.com).

Partindo da premissa de que o que se origina dos sentidos seja falso, Descartes questiona a natureza da mente humana. Supondo que essas percepções possam ser todas falsas, o autor propõe, metodologicamente, que nunca existiu nada além das mentiras já representadas pela memória. Negando a existência de coisas exteriores, até mesmo do corpo, quebra por completo a necessidade dos sentidos para obtenção de conhecimento. Descartada a possibilidade das sensações como conhecimento seguro, o autor pressupõe a existência de um deus enganador (*génie malin*), extremamente poderoso e astucioso. Esse deus, “que me engana o quanto pode, nunca poderá fazer, porém, que eu nada seja, enquanto eu pensar que sou algo” (Descartes, 2013, p.45). Após examinar essas ideias, Descartes finalmente estabelece que o enunciado “eu sou, eu existo” (*Ego sum, ego existo*) é necessariamente verdadeiro todas as vezes que é pronunciado ou originado na mente. E essa dúvida metódica (de que o que seja oriundo dos sentidos não seja certo) fará com que, nas três primeiras meditações metafísicas, o sujeito saia do ‘eu sinto’ para o ‘eu penso’, o *cogito*<sup>2</sup>.

Mas, de onde sei que não há algo diverso de todas as coisas cujo censo acabo de fazer e a respeito de que não haveria a mais mínima ocasião de duvidar? [...] Mas já me persuadi de que não há no mundo totalmente nada, nenhum céu, nenhuma terra, nenhuma mente e nenhum corpo. Portanto, não me persuadi de que eu, também não era? Ao contrário, eu certamente era, se me persuadi de algo ou se somente pensei algo. (IBID, p. 43-45)

Posteriormente, Descartes quebra esse argumento, provando que Deus existe e é verdadeiro. No entanto, a terceira meditação foi formulada com o intuito de provar o argumento anterior, tendo como fio condutor uma análise da ideia e do princípio de causalidade.

A teoria da ideia formulada por Descartes desempenha um papel de suma importância para a prova da existência de Deus, pois essa é a ideia de um ser infinito e que concebemos em nossos pensamentos base da sua argumentação. No racionalismo em geral, tudo possui uma causa (ideia) e o princípio de causalidade (a ideia mesma) é supremo. Para Descartes, algumas ideias parecem inatas, adventícias e outras inventadas por *mim mesmo*<sup>3</sup>.

Ao referir-se à ideia, enquanto ato, o autor afirma que ela é verdadeira, pois se encontra no pensamento. Há outra característica da ideia: a realidade objetiva. Ela nos remete a complexidade e aos graus de realidade (ibid., p. 81-85). Com isso, podemos perceber que há ideias que possuem mais realidade do que outras. Ele utiliza o seguinte exemplo:

Agora, no que se refere às ideias, se consideradas em si mesmas e não referidas às coisas a que se reportam, não podem ser propriamente falsas. Pois imagine uma cabra ou uma quimera, não é menos verdadeiro que imagino tanto uma quanto a outra. (IBID, p. 75)

Ambas não se diferem por serem coisas distintas, mas porque seus objetos podem ser

<sup>2</sup> Para Descartes, o *cogito* é o desdobrar do pensamento. Seria o ato de pensar sobre o pensamento. Partindo desse ponto, o pensamento seria o ponto arquimediano em que eu posso partir para construir certezas rigorosas. No entanto, como veremos, a existência de Deus é que fundamentará todo o conhecimento certo, em última instância.

<sup>3</sup> As ideias inatas são aquelas que se originam em nossa mente, produzidas sem recurso da experiência; as adventícias são as que chegam até nós através dos sentidos; e as criadas por *mim mesmo* (factícias), são produzidas na imaginação. As ideias inatas seriam para Descartes as matemáticas, a ideia de Deus, além do próprio *cogito*, pois ambos são produzidos sem recurso da experiência e se encontram em algum lugar de nossas mentes.

situados em uma escala de realidade, de graus do ser, numa hierarquia ontológica, que para Descartes, parte do nada e chega ao infinito (Deus).

Segundo Descartes, Deus existe e é a causa da ideia que temos dele. Enquanto somos apenas potência, Deus existe em todas as suas infinitas qualidades concebidas por nós, mas jamais compreender em sua totalidade. Ele diz:

E, assim, a ideia de Deus permanece a única em que se deve considerar se há algo que não poderia provir de mim. Entendo pelo nome de Deus certa substância infinita, independente, eterna, imutável, sumamente, inteligente e sumamente poderosa e pela qual eu mesmo fui criado e tudo o mais existente, se existe alguma outra coisa. Por isso, do que foi dito deve-se concluir que Deus existe necessariamente. Pois, embora haja em mim certa ideia de substância, pelo fato mesmo de que sou substância, não seria, por isso, no entanto, a ideia de substância infinita, já que sou finito, a menos que ela procedesse de alguma substância que fosse deveras infinita. (DESCARTES, 1989, p. 91)

A ideia de um ser perfeito e infinito também é clara e distinta. E tudo aquilo que por nós é percebido de maneira clara e distinta é real e contém alguma perfeição, segundo Descartes. Porém, a razão sozinha não pode garantir que uma ideia projetada por nós esteja de acordo com a realidade. Assim, em todos os nossos pensamentos de verdade ou falsidade, existem vários fatores que impossibilitam saber se existe outra coisa para nossas ideias além de nós mesmos. Esses fatores também são dados por uma de nossas ideias inatas.

De fato, também podemos ter algumas ideias inatas, claras e distintas que associamos a coisas corporais, como as ideias de número e substância, que não advêm das impressões

sensíveis, entretanto, uma vez que podemos tirá-las das ideias que temos de nós mesmos como seres pensantes ou da relação dos nossos pensamentos claros e distintos, em nada poderão garantir que existe algo externo aos nossos espíritos. Ficando apenas a ideia de que Deus é um ser perfeito e que, por ser perfeito, é impossível ser projetado por ideias do espírito de um imperfeito, assim como a ideia de perfeição ficam impossíveis de ter como causa impressões sensíveis. Dessa forma, René Descartes chega à conclusão: já que somos capazes de criar essas ideias, existe um ser perfeito e infinito que as causou em nós.

Claramente vemos as concepções metafísicas cartesianas interferirem em sua teoria sobre o conhecimento. Pois, se a dúvida nos conduz ao *cogito*, esse sujeito pensante, que não precisa do corpo para que possa existir, tem outras ideias que também não necessitam do externo, mas que se apresentam como dados intelectuais dos quais a razão não poderia duvidar. A teoria cartesiana das ideias evidencia a existência de Deus e da matemática como ideias inatas, claras e distintas, isentas de experiência. Desse modo, são conhecimentos verdadeiros. As projeções mentais, os sonhos e os sentidos apresentam informações falsas sobre o conhecimento. Apenas através das ideias que se pode ter conhecimento confiável.

### **Impressões e Ideias em David Hume**

Para David Hume, todo nosso conhecimento deriva da experiência sensível e nada existe na razão que não tenha estado anteriormente na experiência. Em Hume, as percepções humanas se restringem a dois gêneros: *impressões* e *ideias*. Ambas se distinguem pela qualidade e pelo grau de intensidade que atingem e penetram em nosso pensamento (*Tratado*,

1.1.1). Sem impressão não existe ideia, ou seja, é impossível ter a ideia de algo que não tenhamos experimentado primeiramente enquanto impressão, a impressão é anterior à ideia.

Aquilo que entra na mente humana com mais intensidade é chamado de *impressões*. Nelas se incluem as paixões, sensações e emoções. As *ideias* são cópias dessas impressões no pensamento e no raciocínio. No entanto, há momentos em que nossas impressões são tão apagadas e fracas quanto as ideias que não somos capazes de diferenciá-las. Apesar da semelhança em alguns casos, elas são tão diferentes que não seria possível enganar-se ao separá-las em duas classes distintas, atribuindo a cada uma delas um nome característico para apontar suas diferenças.

David Hume faz, ainda, uma segunda divisão das percepções, é uma divisão entre *simples* e *complexas*. As percepções simples, sejam elas impressões ou ideias, são aquelas que não admitem nenhuma distinção ou separação, enquanto as complexas são o oposto das citadas anteriormente, podendo ser distinguidas em partes. Mesmo que uma cor, um sabor e um aroma particulares sejam qualidades atribuídas a uma maçã, é fácil perceber que elas não são a mesma coisa e são distinguíveis umas das outras, de acordo com o autor.

Dessa forma, atribui-se à palavra “ideia” o sentido original, ou seja, aquilo que depende das sensações, são fracas imagens das impressões. Hume discorda do sonho cartesiano e de que as ideias sejam inatas. As ideias não são a origem de tudo que existe e não são inatas. As impressões são inatas.

Quanto ao termo “impressões”, Hume diz que “gostaria que não o entendesse aqui como

expressando a maneira pela qual nossas percepções vividas são produzidas na alma, mas como expressando as próprias percepções – para as quais não existe um nome particular, nem em inglês, nem que eu saiba, em nenhuma outra língua”.<sup>4</sup>

Pela experiência vemos que, quando uma determinada impressão esteve presente na mente, ela ali reaparece sob a forma de uma ideia... A faculdade pela qual repetimos nossas impressões da primeira maneira se chama MEMÓRIA, e a outra IMAGINAÇÃO. (HUME, 2009, 1.1.3, p. 33)

Hume afirma que entender a forma como a mente funciona é a base para apresentar como o ser humano cria o conhecimento relativo a todos as ciências produzidos pelo homem. A tese de Hume se baseia na utilização das ciências naturais para analisar o entendimento humano. O autor afirma que todos os conhecimentos produzidos pelo ser humano são fruto da experiência sensível e são expostos como imaginação.

Os conhecimentos, no entendimento de Hume, associam as ideias por meio de princípios, criando novas ideias. Em decorrência, o homem apresenta conclusões sobre os fatos no mundo. No entanto, a função da imaginação é primordial no processo da criação de conhecimentos para os seres humanos.

A distinção entre memória e imaginação é importante para explicar a formação da mente. A memória preserva a forma original que os seus objetos se apresentam. No entanto, a principal função da memória não é preservar ideias simples, mas sua ordem e posição (T, 1.1.4). O fato de basear-se em fenômenos comuns torna a memória algo não muito

---

<sup>4</sup> Hume, 2009.

interessante para Hume. Já a imaginação tem a liberdade de transpor e transformar suas ideias. Sempre que a imaginação percebe uma diferença entre ideias, ela pode facilmente separá-las (*T*, I.1.4). Segundo Hume, a imaginação passa facilmente de uma ideia a qualquer outra que seja *semelhante* a ela; tal qualidade, por si só, constitui um vínculo e uma associação suficientes para a fantasia. Hume aponta que a imaginação vem do princípio de associação de ideias e tal princípio, por sua vez, tem uma ligação com as relações entre qualidades de impressões e sensações que acontecem.

Para entender o pensamento de David Hume em relação à função da imaginação na construção do conhecimento humano, é necessário compreender a forma como as ideias ou pensamentos são criados. Hume, além de afirmar que as ideias ou pensamentos da mente humana são frutos da experiência sensível e apresentadas como imaginação, afirma que a imaginação relaciona tais ideias através de alguns princípios e, dessa maneira, formula novas ideias, chegando a conclusões sobre fatos do mundo. Porém, o autor diz que a imaginação pode repetir as sensações do sentido, mas nunca será igual à sensação original. David Hume afirma que o mundo é constituído por fatos. De forma mais clara, há sempre algo na mente que foi fornecido pelos sentidos para gerar novos conhecimentos, chamado por Hume de imagem ou pensamento

No último parágrafo da seção III do *Tratado*, a imaginação é apresentada como de caráter impulsivo por natureza, fugindo a obediência que coloca a memória em um plano uniforme.

A mesma evidência nos acompanha em nosso segundo princípio, a liberdade que tem a imaginação de transpor e transformar suas ideias. As fábulas que encontramos nos poemas e

romances eliminam qualquer dúvida sobre isso. A natureza é ali inteiramente embaralhada, e não se fala senão de cavalos alados, dragões de fogo e gigantes monstruosos. (HUME, 2009, p. 34).

Sendo assim, trata-se de uma característica de liberdade. E, graças a ela, a imaginação é destacada desde o início do *Tratado da Natureza Humana* como um recurso propenso a entrar em confronto com os dados da experiência. A capacidade de criar seres e objetos fantásticos é uma forma da imaginação ultrapassar o real que é ofertado pela experiência. Todavia, o primeiro parágrafo da seção “*Da conexão e associação de ideias*” mostra que a falta de previsibilidade gerada pela liberdade pode ser rapidamente limitada pela influência dos princípios naturais de associação entre as ideias.

Como a imaginação pode separar todas as ideias simples, e uni-las novamente da forma que bem lhe aprouver, nada seria mais inexplicável que as operações desta faculdade, se ela não fosse guiada por alguns princípios universais, que a tornam, em certa medida, uniforme em todos os momentos e lugares. (HUME, 2009, p. 34)

Na *Investigação acerca do Entendimento Humano*, há um princípio de conexão entre os diversos pensamentos ou ideias do espírito humano e, ao serem apresentados à memória ou à imaginação, introduzem-se uns aos outros com certo grau de regularidade (HUME, 2009, p. 39). A imaginação, em Hume, adquire, através de um longo costume, o mesmo método de pensamento, e percorre as partes do espaço e do tempo ao criar seus objetos. Ao estabelecer e classificar três princípios de

conexão entre as ideias<sup>5</sup> ele nos convida a considerar alguns dos efeitos delas sobre as paixões e a imaginação.

### O problema do Racionalismo em David Hume

Hume investigou sobre a origem, possibilidade e os limites do conhecimento e, a partir disso, fez um ataque à razão como conhecimento seguro. Tendo em vista a teoria das ideias de Locke<sup>6</sup>, o autor escocês estabelece uma análise do entendimento humano como ponto de partida.

O conhecimento humano, em Hume, também se refere a fatos. Esse conhecimento referente a fatos baseia-se na experiência sensível e é proporcionado através das impressões. Em sua conclusão sobre o conhecimento racional não ser verdadeiro, Hume propôs que, se não existem ideias inatas, certamente, não existe a causalidade. Assim surge o problema da causalidade em Hume, pois se todas as ideias derivam das impressões sensíveis, logo, onde não há impressão sensível, não há conhecimento. Portanto, não podemos dizer que temos conhecimento *a priori* da causa de um acontecimento.

De fato, Hume percebe a importância do princípio da causalidade e da indução. Ainda

assim, faz uma crítica severa a ambos: o nosso conhecimento dos fatos se limita às impressões atuais e à rememoração de impressões passadas. Claro que não podemos dizer o que acontece no futuro, porque um fato futuro ainda não aconteceu. Contudo, há fatos que esperamos acontecer. Um exemplo: quando ateamos fogo no papel, esperamos que o papel queime. Essa certeza que temos, baseia-se na noção de causa, atribuímos ao fogo a causa de o papel queimar. O autor afirma que só por meio da experiência é que podemos conhecer a relação entre causa e efeito. Tendo a experiência como a única fonte de conhecimento verdadeira dos fatos, conclui-se até aqui que só podemos conhecer *a posteriori*.

Na seção 4 da *Investigação acerca do Entendimento Humano*, Hume divide os objetos da razão humana em dois tipos: *relações de ideias* e *questões de fato*. O primeiro tipo está relacionado às ciências da geometria, álgebra e aritmética, isto é, toda afirmação que é intuitiva ou demonstrativamente certa. Para o autor, as proposições desse tipo podem ser descobertas pela simples operação do pensamento, independente do que se possa em qualquer parte do universo. As questões de fato não são determinadas do mesmo modo e nossa evidência de sua verdade é da mesma natureza que a precedente. Segundo Hume, o contrário de toda questão de fato permanece sendo possível, porque não pode, jamais,

---

<sup>5</sup> Hume classifica três princípios de conexão entre as ideias: de *semelhança*; de *contiguidade* no tempo ou no espaço; e *causa e efeito*. Um retrato conduz naturalmente nossos pensamentos para o original devido a *semelhança*; quando se pensa em escrever uma história, por exemplo, isso nos leva naturalmente a uma indagação ou observação de algo que ocorreu em determinado espaço e em determinados tempos, por conta da *contiguidade*; a unificação de diversos eventos em um corpo é a *causa e efeito*. Através dos princípios citados, é que as ideias penetram na mente e concebem diferentes enunciados, que podem ou não serem convincentes, dependendo da conexão entre elas.

<sup>6</sup> J. Locke procurou investigar a origem do entendimento humano com base nos graus da crença, opinião e assentimento. Assim como Hume, afirmava que não existem ideias inatas em nossa mente. Para ele, nossa mente é como uma folha em branco e conforme vamos vivendo, as impressões sensíveis vão se depositando e por meio de processos mentais, elas se tornam impressões. Em Locke, as ideias da quantidade não são as únicas capazes de demonstração. Segundo o autor, o conhecimento se fundamenta em “relações de ideias”, que permanecem invariáveis, claro, se as ideias não se alterarem. Hume e Locke divergem em suas teorias quando se trata da caracterização da crença, que para Hume, reina na esfera da opinião e é estendida para todas “as questões de fato e de existência”.

implicar contradição, e a mente concebe com a mesma facilidade e clareza, como algo que se ajusta de maneira perfeita à realidade (HUME, 2009, p. 48). Ele utiliza o exemplo “que o Sol não nascerá amanhã” para mostrar que não poderíamos mostrar a falsidade desse argumento. É claro que “o sol pode nascer amanhã”, mas isso é algo provável e não completamente certo, pois o fato de ele não nascer é improvável, porém, não se torna impossível.

O modo em que assumimos com naturalidade determinados eventos, como o citado anteriormente (o sol nascerá amanhã), não deriva, segundo Hume, de uma dedução lógica, mas de nossa predisposição em formar hábitos. O hábito de observar o mesmo evento ocorrendo sempre induz a crer que continuará a ocorrer. É algo psicológico e não tem ligação com qualquer fundamento lógico do entendimento ou da razão. O hábito ou costume, seria em Hume:

O costume é, pois, o grande guia da vida humana. É o único princípio que torna útil nossa experiência e nos faz esperar no futuro, uma série de eventos semelhantes àqueles que apareceram no passado. Sem a influência do costume, ignoraríamos completamente toda questão de fato que está fora do alcance dos dados imediatos da memória e dos sentidos. Nunca saberíamos como ajustar os meios em função dos fins, nem como empregar nossas faculdades naturais para a produção de um efeito. Seria, o fim de toda ou quase toda especulação. (HUME, 2009, p.63)

Todos os raciocínios referentes a questões de fato, aparentemente, fundam-se na mesma natureza, a qual ele nomeia como relação de *causa e efeito*. Somente por meio dessa relação que podemos ir além daquilo que nos é evidente na mente e nos sentidos. É evidente que não podemos dizer o que acontece no

futuro, pois um fato futuro ainda não aconteceu. Contudo, há fatos que esperamos acontecer. O autor cita o exemplo de calor e luz, que são efeitos colaterais do fogo. Sempre vamos esperar que o fogo esquente, queime, produza luz.

No entanto, Hume diz que, se quisermos nos convencer acerca do que nos assegura sobre as questões de fato, é necessário investigar como chegamos ao conhecimento das causas e efeitos. Para o autor, “o conhecimento dessa relação não é, em nenhum caso, alcançado por meio de raciocínios *a priori*, mas provém inteiramente da experiência, ao descobrirmos que certos objetos particulares se acham constantemente conjugados uns aos outros”. Uma ideia relacionada com outra ideia pode dar um conhecimento *a priori*, mas um fato relacionado com outro fato não pode dar o mesmo. Hume conclui que a cada solução, surge outra questão mais difícil. Embora a experiência seja necessária, Hume se depara com uma questão relevante: como todo conhecimento seria *a posteriori*, sendo que existem as verdades matemáticas como verdades necessárias? Esta pode ser tida *a priori*, levando em consideração que fazemos uso de conhecimentos para, então, conhecê-las ou da dedução para demonstrá-las. Hume conclui que as verdades sobre questões de fato são relativas e são conhecidas *a posteriori*. Dessa forma, o conhecimento *a priori*, mesmo sendo absolutamente certo, não diz respeito ao conhecimento do mundo, uma vez que sua verdade é indiferente a qualquer observação do mundo.

## Considerações Finais

O objetivo central foi investigar a possibilidade de falar acerca de um conhecimento seguro na filosofia humiana, cuja origem não tenha base empírica. David Hume considera que há um conhecimento *a priori*<sup>7</sup>. No entanto, apresenta que tal conhecimento não é essencial, levando em consideração que ele não diz nada em relação ao que existe *a posteriori*. Dessa forma, esse conhecimento estaria fundamentado no conhecimento matemático.

Na *Investigação acerca do Entendimento Humano*, uma nota do tradutor, Anoar Aiex, diz que:

[...] as ciências da natureza correspondem a uma necessidade interior de colocação de ordem nas coisas, a fim de que a sobrevivência do homem seja garantida. Seus fundamentos seriam, portanto, irracionais, pois a crença que está na base de todo o conhecimento natural não tem qualquer estruturação lógica. Esta se encontra apenas nos domínios da matemática, cujas verdades são apodíticas, necessárias e invariáveis. (HUME, 2004, p.10)

Os fundamentos da matemática como conhecimento seguro e isento de dúvidas, decorreriam do Princípio de Não-Contradição, pois ele nos coloca a impossibilidade de negar o conhecimento matemático.

De fato, fica claro que Hume aceitava a existência de conhecimentos *a priori*, apenas não aceitava que algo de substancial se pudesse saber *a priori*. O que para Descartes era dado através das ideias inatas, em Hume era dado através das relações de ideias – o autor não chama diretamente de um conhecimento *a*

*priori*, mas sim de relação de ideias. A associação de ideias decorre de princípios naturais de funcionamento da mente, o que nos coloca diante de um conhecimento certo.

A matemática estaria, portanto, incluída nessa associação de ideias por ser conhecida *a priori*, por meio da intuição ou demonstração.

## Referências Bibliográficas

DESCARTES, R. *Meditações sobre Filosofia Primeira* (partes II, III e VI). Trad. Fausto Castilho, São Paulo: Unicamp, 2013.

HUME, D. *Investigação acerca do Entendimento Humano* (sec. I a VII e XII). Trad. Anoar Aiex. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

\_\_\_\_\_. *Tratado da Natureza Humana: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais* (Livros I e II). Trad. D. Danowski, São Paulo: UNESP, 2009.

LOCKE, J. *Ensaio acerca do Entendimento Humano* (Livros I e II). Trad. Anoar Aiex. São Paulo: Nova Cultural, 2005.

<sup>7</sup> O conhecimento *a priori* se dá anterior à experiência e, portanto, a sua verdade não depende dela.